

ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL: O PROCESSO DE PASSAGEM DA POLÍTICA OLIGÁRQUICA PARA A POLÍTICA COMPETITIVA (SÉCULOS XIX – XX)

André Ricardo Barbosa Duarte
Universidade Federal de Itajubá
Pós-graduando (especialização) em Gestão de Pessoas e Projetos
historiador.arb@ig.com.br

Resumo

O artigo tem por objetivo promover uma revisão bibliográfica acerca da formação da sociedade política no Brasil a partir das características forjadas nas disputas estabelecidas entre as correntes ideológicas conservadora e liberal na passagem do século XIX para o XX. Será analisada, também, a transição da sociedade política oligárquica do regime imperial para a sociedade política competitiva da República, utilizando para o entendimento desse processo os conceitos de formalismo, patrimonialismo e sociedade prismática pautado nas diversas abordagens do pensamento político brasileiro.

Palavras-chaves: Política; Sociedade; Estado

INTRODUÇÃO

No processo de formação do Estado e no desenvolvimento do mercado político brasileiro, podemos perceber um panorama de negociações políticas sem rupturas consideráveis, se nos ativermos a dois momentos importantes da história política da nação: o Império e a República. Na superação de uma etapa eminentemente oligárquica (1822-1889) – em que a representação e o jogo político eram restritos à aristocracia escravocrata – para a consolidação de uma política competitiva, quando novos atores sociais e suas demandas são incorporados à arena política – podendo-se observar a evolução histórica e a construção do estado brasileiro em seus aspectos políticos e sociais.

A trajetória de desenvolvimento dos sistemas políticos sul-americanos é usualmente subdividida da seguinte forma: política oligárquica (séc. XIX – 1930), política de massas (1930 – 1980) e política democrática (1980 em diante). A primeira fase caracteriza-se, dentre outras coisas, pela presença dos chamados partidos de notáveis e pela existência de um sistema produtivo fundamentalmente agroexportador. Já a segunda, distingue-se pela emergência de partidos de massa, incorporação das massas à política e início do desenvolvimento industrial. (Santana; Cunha, 2009)

O processo de Independência do Brasil e os posteriores esforços de se edificar um Estado-nação é, antes de tudo, uma verdadeira conjugação de acordos entre as elites ideologicamente situadas no conservadorismo e/ou no liberalismo. Estas optaram pelo apoio a um regime monárquico representativo, com claro objetivo de manter o novo Estado unido, evitar o predomínio militar, centralizar a arrecadação de impostos e conter a balcanização territorial, garantindo assim, a

supremacia do governo civil centralizado.

FORMALISMO NA SOCIEDADE POLÍTICA BRASILEIRA: DISCREPÂNCIA E COEXISTÊNCIA ENTRE A IDEOLOGIA CONSERVADORA E O LIBERALISMO.

A imagem do Brasil, que se constrói a partir da perspectiva da ideologia conservadora, é a de um país com baixíssima densidade populacional, desprovido de um Estado nacional e com uma economia organizada de fora para dentro do país, em virtude do exclusivo colonial. Nesse sentido, as tentativas de se definir e organizar o Estado desde 1822, obedeceram a essa visão e aos programas políticos da corrente política conservadora brasileira que tinha como objetivo a consolidação da tradição de sociedade mais hierárquica, voltada para manutenção da ordem, da autoridade e das diferenças sociais construídas no período colonial (1530-1822).

A ideia de uma sociedade desprovida de laços de identidade e

solidariedade comuns fez com que os conservadores construíssem uma ligação “umbilical” do desenvolvimento e da constituição do patrimônio cultural e público da sociedade brasileira às ações do Estado.

A nossa Independência é mais uma imaginação de Estado do que de nação e não contesta o princípio de superioridade existente, mas trata de expungir os anacronismos mais visíveis e de evitar rupturas incontroláveis, bloqueando a participação de alguns atores sociais (escravos e indígenas) que poderiam reivindicar um lugar na sociedade e, portanto, na história da nação. (Mir, 2004, p. 4)

Por este expediente, firma-se, sob o território e a população, o controle do Estado pela aristocracia escravocrata agrária, que assume o processo de formação e consolidação do Estado nacional brasileiro, revelando, neste momento, uma clara concepção oligárquica que se efetivaria na construção do Estado sob o prisma do patrimonialismo¹.

[...] a monarquia parlamentar consolidou-se graças à

intervenção do setor cafeeiro do Vale do Paraíba, que se expandia desde a década de 1830 e temia os efeitos desestabilizadores do “experimento republicano” posto em prática durante o período regencial. Sublevações, polarização social, danos à propriedade: esses foram os motivos suficientes para estimular a aliança política entre os diferentes grupos de proprietários rurais [...]. conseqüentemente, o regime monárquico representou o domínio dos fazendeiros. (Baggio, 1999, p. 134)

O Estado Nação que se constituiria a partir deste ponto, absorverá formulas e conceitos de participação que claramente restringiam a arena política apenas a atuação da aristocracia escravocrata que detinham como característica essencial a homogeneidade ideológica. Tal aspecto dirimia seus conflitos intraclasse e sustentava a criação de um modelo político oligárquico em sua forma de representação, conservando uma estrutura agrária e uma ordem escravocrata no processo pós-independência.

O estado que nasce da independência invocando o liberalismo e modelando as suas estruturas políticas de acordo com ele, intensifica a escravidão, fazendo dela o suporte da restauração que realiza quanto às estruturas econômicas herdadas da colônia [...]. “Restauração progressiva”, uma vez que combinava a reatualização da base da economia colonial com o liberalismo [...] (Vianna, 1997, p.13)

A política oligárquica, executada pela aristocracia escravocrata agrária, utilizou o Estado como mecanismo de autodefesa e ataque. Colocaram-se como dirigente do processo de construção deste próprio Estado, impondo suas agendas e demandas econômicas como interesses da nação de maneira global. Determinaram a dinâmica da política, filtrando e contemporizando a ideologia liberal, como estratégia oligárquica em todo o período em que a arena política manteve-se restrita as suas influências (1822-1889). Nesse aspecto, verifica-se o domínio de uma política baseada em modelos institucionais que limitam a participação quer seja pela representação, quer seja pela atuação direta dos cidadãos – a restritiva Carta

Constitucional de 1824 é um bom exemplo da dimensão limitada de participação que se vislumbrava no país. Isso somente era possível pelas coloniais estruturas burocráticas de administração, que colocam a expansão territorial, o exclusivo agrário e o escravismo como símbolos e subjetividades de identificação de poder.

O Estado brasileiro, erguido à luz desta estrutura, adapta a ideologia liberal ao modelo escravista colonial. Mantém as instituições burocráticas e econômicas da colônia, associada à certa estabilidade política. Com essa estratégia, garante a inserção e a manutenção do Estado brasileiro no mercado mundial, por via do exclusivo agrário e da estrutura escravocrata da colônia. Colocava nas mãos das elites agrárias o controle do território e da população pós-independência.

As estruturas econômicas herdadas da colônia, essencialmente pautadas na expansão territorial como estratégia capaz de gerar e acumular as riquezas e instituir o poder cooptam o liberalismo, que na sociedade civil funciona como elemento catalisador das

revoltas e sublevações observadas no período colonial, principalmente a partir do século XVIII. Serve à elite dominante como estratégia utilitária de instituição da ordem nacional e de seus interesses, permitindo que a empresa individual atue na constituição dos bens públicos. As iniciativas de empresários como o Barão de Mauá na construção de infra-estruturas públicas é um bom exemplo disso. Tal condição somente foi possível, desde que agentes públicos e privados seguissem a racionalidade do Estado Nação.

Como construir uma nação livre e moderna paralela à outra, escravocrata e atrasada: a irracional perplexidade de montar, operar e fazer funcionar um país independente com o colonialismo interno. As estruturas e categorias do colonizador se internalizam e se tornam modelos para o novo Estado. Os seus teóricos formulam, antes de um acordo de nação e mesmo de um Estado, um continuísmo colonial econômico e social. (Mir, 2004a, p. 38)

Nesta adaptação ambígua do pensamento liberal à ordem escravocrata que coexiste dentro do regime imperial, pode-se verificar o

quanto é formalístico este período de edificação do Estado brasileiro. Uma clara discrepância entre as instituições ideológicas que fomenta a construção deste Estado e a conduta executada.

O formalismo (grifado no original – G.R) corresponde ao grau de discrepância entre o prescrito e o descrito, entre o poder formal e o poder efetivo, entre a impressão que nos é dada pela constituição, pelas leis e regulamentos, organogramas e estatísticas, e os fatos e práticas reais do governo e da sociedade. Quanto maior a discrepância entre o formal e o efetivo, mais formalístico é o sistema. (Guerreiro, 1996, p.334)

Este “liberalismo oligárquico” mantém a defesa da economia de base agrária (*plantation*), a ordem escravocrata, assegura os lucros da elite territorial e a presença internacional do Estado brasileiro como grande exportador de matéria-prima e importador de produtos industrializados.

A ascensão, no período regencial de uma categoria social burguesa-liberal-urbana, no âmbito da sociedade civil, através da introdução de novos

atores sociais (médicos, jornalistas, empresários, militares, etc.) resulta em focos de tensão a pressionar o Estado a rever a ordem escravocrata que se sustenta até então. Esses novos elementos de pressão buscam reativar o potencial revolucionário que reside no liberalismo – principalmente pela inserção de valores como igualdade de direitos. Surgem novas coalizões políticas e ideológicas dentro do âmbito da elite dominante, no processo de instituição do regime republicano (1889) e nos seus desdobramentos posteriores, que partem das questões sociais como forma de representação dos novos grupos, oriundos das massas urbanas que se desenvolvem conjuntamente com a inserção – ainda tímida – da economia brasileira no circuito do capitalismo industrial internacional.

[...] iniciava-se uma era liberal e reformista pois, o desenvolvimento econômico fazia surgir, quando não fortalecia, grupos interessados em reformas políticas. Alguns autores explicam o surgimento desses grupos devido aos conflitos entre as cidades e o campo. Outros autores enfatizam a

necessidade de uma recomposição política das elites. (Gebara, 1990, p. 56)

As transformações sociais resultantes deste processo criam pressões externas à política oligárquica da elite dominante, a partir dos aspectos de igualdade de direitos e de participação introduzidos pelo pensamento liberal, que encontram em uma “nova elite” intelectual urbana e no movimento progressista que se verifica no interior da sociedade civil, um contraponto ao jogo político restrito à elite agrária.

A solução monárquica do período pós-independência possibilitou uma unificação do país e uma estabilidade política que, durante o período regencial e no processo de instituição da república, entra em evidente crise muito influenciado pela ampliação da participação de novas categorias sociais mobilizadas. No caso da instituição do regime republicano no Brasil, os novos atores sociais – oriundos de uma alta taxa de mobilização política – procuram penetrar na arena política, encerrada

pelas elites agrárias, através de uma clara estratégia pretoriana.

Distingue-se o pretorianismo como aquela condição em que, precisamente pela deficiência das instituições políticas enquanto canal capaz de mediar a confrontação de interesses e de processá-la de maneira organizada, cada núcleo ou foco social de interesses (cada “força social”, na expressão de Huntington) atira-se á arena com os recursos de qualquer natureza que tenha à mão. (Reis, 1990, p.21)

Um bom exemplo deste “pretorianismo” é a inserção dos militares na arena política brasileira, principalmente na instituição e construção do regime republicano. São eles que controlam os mecanismos de coerção física e os utilizam para mediar à confrontação dentro da sociedade política.

A República introduz questões cruciais para o entendimento do processo de construção do estado no Brasil: a da igualdade de participação social e a da inserção de novas categorias mobilizadas, dentro da arena política. A mobilização e a pressão por

igualdade de direitos permitem que os grupos sociais reivindiquem sua igualdade de condições políticas, lançando mão dos mecanismos de constrangimento institucional que tinham ao alcance de seus procedimentos e que possibilitasse adentrar a sociedade política. Revela-se, nesse momento, um claro desígnio pretoriano que determinou a passagem de uma sociedade política oligárquica para uma sociedade política aberta. Incorpora, paulatinamente, a participação dos grupos sociais mobilizados, instituindo, desta feita, um mercado político inédito no país.

[...] o contraste entre a estabilidade institucional do império e a instabilidade republicana é revelador de uma mudança de qualidade na vida política do país [...]. Ao passo que os mecanismos e procedimentos institucionais do Brasil monárquico representam o enquadramento de um jogo político eminentemente oligárquico e de participação restrita, o período republicano assiste à incorporação crescente, em fases diversas, de novas categorias e classes sociais à arena política. Com efeito, o processo propriamente de formação ou edificação do

estado, que culmina durante o império, pode ser descrito como um processo cujo ponto nevrálgico reside num problema de integração, isto é, basicamente de afirmação do desígnio nacionalmente integrador de certos atores políticos contra os desígnios de autonomia de outros. Mas mantém-se como parâmetro constante o fato de que estes últimos se assemelham, por sua extração social, aos representantes do estado que se consolida, embora os interesses de outras categorias sociais figurem também como ingredientes na composição de coalizões. (Reis, 1990a, p.21)

Esta mobilização atinge os setores médios da sociedade brasileira, que se organizam na busca de modelos institucionais que efetivem a participação irrestrita na arena política e que buscam romper com o determinismo oligárquico do período imperial, constituído alheio às camadas médias e baixas da sociedade civil.

As transformações sociais que deflagram inicialmente o pretorianismo, ao se desdobrarem e aprofundarem abre a caixa de Pandora da mobilização sócio-política e das demandas de participação – e agora é a vez dos trabalhadores manuais e setores populares em geral, que se expandem e

concentram nas cidades em crescimento, baterem à porta de um sistema político construído à sua revelia. (Reis, 1990b, p.21)

Compõe-se, neste momento, um âmbito político competitivo, em que se expandem a representação e a participação política, fundamentalmente, das camadas sociais populares e médias, orientando estratégias políticas no sentido de produzir uma ruptura profunda do sistema político oligárquico. Isto leva as camadas conservadoras a reagir e tentar reorganizar a sociedade política, sob os antigos pilares oligárquicos, instituindo uma prática política autoritária e populista, conforme podemos observar nas primeiras décadas do século XX. Neste período, podemos focar um ambiente político dominado pelo populismo que controla as massas populares urbanas por via da concessão dos direitos trabalhistas e sociais, mas concomitantemente suprime os direitos de participação política.

Em um segundo momento da republica, observarmos esse mesmo aspecto, em maior ou menor grau, no golpe militar de 1964. Estas passagens

históricas revelam a problemática questão da democracia *versus* autoritarismo, que necessariamente nos remetem à questão do Estado *versus* a sociedade. É a afirmação de um estado patrimonialista e uma cultura política oligárquica, em contradição a uma sociedade que se mobiliza cada vez mais e pressiona o Estado em busca de uma arena política ampla e irrestrita que atenda a suas demandas mais urgentes.

CONCLUSÃO

Dentro do aspecto evolutivo da sociedade política brasileira e do Estado, na transição de uma sociedade política eminentemente oligárquica (império) para uma sociedade competitiva (republica), já sendo de clara compreensão que as instituições burocráticas do Estado brasileiro em sua formação mantêm uma estrutura ambígua: liberal na ideologia que reside no controle da economia, mas oligárquico na sua práxis de condução da política e do controle sobre a sociedade. O poder público das elites é consolidado através do aparato burocrático herdado da colônia que

reafirma o caráter patrimonialista e territorialista do Estado brasileiro.

Um aspecto a ser destacado, diz respeito à modernização conservadora no Brasil, tanto nos sistemas políticos – política oligárquica (império)/política competitiva (republica) – quanto na estrutura econômica (agrário exportador/capitalista industrial), ao compararmos com os demais estados da América Latina, a ex-colônia portuguesa não experimentou períodos longos e sucessivos de rebeliões populares e caudilhismos, nem mudanças violentas de governo, conservando sempre a supremacia do poder do Estado.

O Estado moderno que se pretendia construir, naquele momento, tanto em sua dimensão política quanto econômica, como se observa no período pós-independência, restaura uma estrutura colonial, cujo poder continua concentrado nas mãos das elites territoriais. Combinava neste processo, principalmente pela supremacia da monarquia representativa e na concentração das decisões no âmbito do executivo, uma adaptação formal economia colonial (agrário

exportadora/escravista) ao pensamento liberal, que remodelava as estruturas burocráticas, intensificando a escravidão e criando uma ambigüidade institucional latente no Estado Nacional Brasileiro. Residem nesses aspectos um alto grau de heterogeneidade administrativa, política e social do Estado, em que antigas estruturas burocráticas coloniais convivem com uma ideologia liberal que se adapta a ela. Típico de uma sociedade prismática, onde o formalismo é dominante “A sociedade prismática apresenta alto grau de heterogeneidade, uma vez que nela coexistem o antigo e o moderno, o atrasado e o avançado, o velho e o novo” (Guerreiro, 1996a, p.332).

No caso do Brasil, a manutenção de uma ordem escravocrata, pós-independência, tinha por justificativa política garantir a unidade territorial e a estabilidade institucional em um país que se revelava, cada vez mais, um arquipélago econômico e onde o fluxo interno do mercado e das comunicações não abrangia todas as localidades. Ficando a cargo das elites locais imporem a ordem e garantir a

manutenção e inserção econômica da nação no cenário internacional, pois os mesmos controlavam as exportações e detinham o monopólio dos portos, mantendo o livre comércio e a escravidão, determinando por estes expedientes um sistema político de domínio oligárquico. Assim, a burocracia estatal (Faoro, 1973) se confunde com a elite territorial, atuando na construção do Estado imperial brasileiro e tutela a dinâmica de evolução até a república.

O papel do pensamento liberal durante o período regencial sustenta, na linha do reformismo do Estado e da sociedade, a elite que agora absorve as perspectivas do capitalismo que se desenvolve no plano internacional. O Estado assiste à ascensão de uma classe burguesa urbana, materialmente e intelectualmente preparada, que assume a “modernização” política e econômica do Estado brasileiro, encampando lutas contra a ordem escravocrata, mas irreversivelmente evitando a inserção das demandas mais urgentes das classes subalternas.

O liberalismo de “sociedade civil” se manterá imune às tentações jacobinas, recusando-se a realizar interpelações “para baixo” e a procurar pontos de ruptura com as elites territorialistas. Na linguagem da época, nada mais parecido com conservador do que um liberal [...]. Daí que a ação oposicionista do liberalismo de orientação americana acaba por confirmar a percepção, tão cara àquelas elites políticas, de que um sistema de oposições deveria encontrar a sua resolução mais na busca de ponto de equilíbrio do que em confrontos abertos. (Vianna, 1997a, p. 16-17).

Evitou desta maneira a balcanização da sociedade brasileira, mantendo-se as estruturas burocráticas que privilegiam a elite dominante. A Ibéria que reside na burocracia estatal não se dissolve com a instituição do mercado político competitivo. O Estado continua economicamente e politicamente pautado nos trilhos da expansão territorial e nas elites tradicionais, que procuram dirigir o processo de industrialização, acrescentando uma clivagem “moderna” às suas características. Este movimento (de industrialização) que optou pelo modelo desenvolvimentista, com seu

marco a partir de 1930, perfazendo a política dos militares pós-1964, está carregado de elementos autoritários, que instituiu regimes formalmente democráticos na concessão dos direitos sociais, mas em contrapartida, usurpou os direitos políticos restringindo as arenas políticas institucionais de debates sobre o país.

A estratégia de colocar a sociedade brasileira nos moldes de expansão capitalista levou os governos imperiais e republicanos a edificarem um estado burocrático-autoritário, supostamente capacitado a dirigir o proposto processo de modernização. Porém conserva as estruturas oligárquicas em suas políticas, com um executivo centralizador, um corpo burocrático, via de regra, corrupto, deficitário e mal aparelhado, um controle sobre os partidos políticos e a manutenção de um modelo patrimonialista na economia e na política.

[...] Oliveira Vianna sugere que, nessa sociedade de oligarquias “brancas”, a democracia política constitui a grande ilusão. Seu aparato institucional pesado, lento,

ineficiente e corrupto não dá conta dos dinamismos e desafios do mundo moderno, sua subserviência ao sufrágio universal e aos partidos [...] apenas entrega o Estado de pés e mãos atados aos interesses privatistas [...]. (Brandão, 2005, p. 247)

Ao lado da modernização econômica, estes mesmos regimes, estabeleceram e reforçaram um autoritarismo político severo e concomitante as concessões de direitos sociais e a expansão da indústria de base, dentre outros pontos positivos no que se refere ao desenvolvimento estrutural, mas o país conheceu também a repressão, a censura e a manutenção e/ou aprofundamento das desigualdades sociais entre as classes.

Abstract

The article has to objective to promote a bibliographic revision around of formation politics society in Brazil to forged characteristic in the disputes established between ideology currents conservators and liberal in passage of century XIX to XX. Will be analyzed too the transition of politics oligarchic society of imperial regime to the competitive politics society of the Republic, wearing to understanding of this process the concepts of formalism,

patrimonialism and prismatic society ruled in the various boarding of brasilian politic thinking.

Key words: Politics; Society; State

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, T. B. *Ensaio sobre o Desenvolvimento Brasileiro*. Heranças e Urgências. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

BAGGIO, S. B. A Proclamação da República em Minas: Comentários sobre os depoimentos de Antônio Olinto dos Santos Pires. Caderno do DCP. n.º 8. *Revista do Departamento de História da UFMG*, n.º 10, 1990, pp. 125 a 150.

BRANDÃO, G. M. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. In. *Dados - Revista de Ciências Sociais da IUPERJ*, Rio de Janeiro, Vol. 48, n.º 2, 2005, p. 227 a 445.

FAORO, R. *Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro*. Porto alegre, Ed. Globo, 1973.

GUERREIRO, R. O formalismo no Brasil como estratégia para mudança social. In. *Administração e Estratégia de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, pp. 330 a 442.

MIR, L. *Guerra Civil. Estado e Trauma*. São Paulo: Ed. Geração, 2004.

REIS, F. W. Autoritarismo e Democracia na República Brasileira. Cadernos do DCP n.º 8. *Revista do Departamento de História da UFMG*, n.º 10, 1990, pp.17a 27.

SANTANA, J. e CUNHA, L. R. Por que a combinação explosiva não se aplica ao Brasil e ao Chile? In. *Revista Habitus* (Revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1 , p. 76-91, jul. 2009. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 13 jul. 2009.

SORJ, B. *A Nova Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

VIANNA, L. W. *A Revolução Passiva*. Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

ⁱ Sorj (2000) considera como patrimonialismo a ação de grupos sociais, historicamente, situados que se apropriam de maneira privada dos recursos públicos do Estado, podendo esta condição patrimonial mudar de acordo com os grupos que o assumem, estando o processo presente em todas as sociedades em que a distribuição de renda e poder são desiguais.